



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM TECNOLOGIAS APLICADAS  
À REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E PREVENÇÃO DE CONFLITOS  
SOCIOAMBIENTAIS, HABITACIONAIS E SANITÁRIOS: REDE AMAZÔNIA

ELLEN DE MELO QUARESMA

**NOTAS SOBRE O PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL EM IRANDUBA/AM:  
percepções, conflitos, avanços e limites para implementação da REURB**

Belém  
2022

ELLEN DE MELO QUARESMA

NOTAS SOBRE O PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL EM IRANDUBA/AM:  
percepções, conflitos, avanços e limites para implementação da REURB

Artigo científico apresentado ao Curso de Especialização em Tecnologias aplicadas à Regularização Fundiária e prevenção de conflitos socioambientais, habitacionais e sanitários, do Programa de Pós-Graduação Lato Sensu Programa Morar, Conviver e Preservar: Rede Amazônia, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará, como requisito para a obtenção do título de Especialista em Regularização Fundiária e prevenção de conflitos socioambientais, habitacionais e sanitários.

Orientador: Prof. Me. Arleisson Fernan Pedreira Furo  
Coorientadora: Prof.<sup>a</sup>. Dra. Carolina Cassia Batista Santos

Belém/PA  
2022

ELLEN DE MELO QUARESMA

NOTAS SOBRE O PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL EM IRANDUBA/AM:  
percepções, conflitos, avanços e limites para implementação da REURB

Artigo Científico apresentado ao Curso de Especialização em Tecnologia aplicadas à Regularização Fundiária e prevenção de conflitos socioambientais, habitacionais e sanitários, do Programa de Pós-Graduação Lato Sensu Programa Morar, Conviver e Preservar: Rede Amazônia, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará, como requisito para a obtenção do título de Especialista em Regularização Fundiária e prevenção de conflitos socioambientais, habitacionais e sanitários.

**Aprovada em:**

**Banca examinadora:**

---

Prof. Me. Arleisson Fernan Pedreira Furo  
Orientador - NAEA/UFPA

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Carolina Cassia Batista Santos  
Coorientadora - PPGSS/UFAM

---

Prof. Dr. José Júlio Ferreira Lima  
Examinador Interno - PPGAU/UFPA

---

Prof. Dr. Tiago Veloso dos Santos  
Examinador Externo - PROFEPT/IFPA

NOTAS SOBRE O PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL EM IRANDUBA/AM:  
percepções, conflitos, avanços e limites para implementação da REURB

Ellen de Melo Quaresma<sup>1</sup>

**RESUMO**

O presente artigo é fruto de reflexões iniciais sobre a implementação de regularização fundiária urbana no município de Iranduba, Estado do Amazonas, que aderiu, recentemente, ao Programa Rede Amazônia: morar, conviver e preservar, parceria entre a Comissão de Regularização Fundiária da Universidade Federal do Pará (CRF-UFPA) e Ministério de Desenvolvimento Regional (MDR). Pretende-se discorrer sobre a formação socioterritorial do município a fim de refletir sobre as suas multipli(cidades) de ocupação e consolidação de núcleo urbano e, assim pensar a efetivação da REURB à luz do entendimento das relações dos agentes sociais locais no território amazônico, compreendendo as especificidades ambientais que marcam as condições habitacionais e sanitárias no município. Para o recorte deste amplo universo da pesquisa foi delimitada como metodologia a revisão bibliográfica sistemática para análise de dados secundários.

**Palavras-chave:** território; agentes sociais; Iranduba; regularização fundiária.

**ABSTRACT**

This article is the result of initial reflections on the implementation of urban land regularization in the municipality of Iranduba, State of Amazonas, which recently joined the Programa Rede Amazônia: live, live e preserve, a partnership between the Land Regularization Commission of the Federal University of Pará (CRF-UFPA) and the Ministry of Regional Development (MDR). It is intended to discuss the socio-territorial formation of the municipality in order to reflect on its multipli(city) of occupation and consolidation of the urban nucleus and, thus, to think about the effectiveness of the REURB in the light of the understanding of the relations of the local social agents in the Amazonian territory, understanding the environmental specificities that mark the housing and sanitary conditions in the municipality. For the clipping of this wide universe of research, the systematic literature review was defined as a methodology for the analysis of secondary data.

**Key words:** territory; social agents; Iranduba; land regularization

---

<sup>1</sup> Bacharela em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará. Pós-graduanda no Programa Morar, Conviver e Preservar: Rede Amazônia - NAEA/UFPA. Assistente social vinculada ao Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN) do Município de Belém/PA. E-mail: ellen.quaresma@naea.ufpa.br.

## **INTRODUÇÃO**

A complexidade da Amazônia no tocante a sua diversidade, seja ambiental, social, entre outros, nos suscita a situar os processos de uso e ocupação do solo para melhor compreender as políticas territoriais implementadas na região, em especial a partir da década de 60 e, com isso procurar entender seus reflexos na atualidade para o município de Iranduba, no Estado do Amazonas que aderiu ao programa para execução de REURB em área localizada na sua sede municipal.

De maneira a buscar práticas responsáveis e inovadoras que potencialize as premissas estabelecidas na legislação nacional, que discorreremos sobre o município de Iranduba, no Estado do Amazonas, para entender seu processo histórico em três áreas de estudos, sendo Distrito Cacau Pirêra, Comunidade Flutuante Lago Catalão e Sede Municipal.

Dentre os estudos sobre as ocupações populacionais no município, elege-se para iniciar o percurso histórico o Distrito Cacau Pirêra, região mais próxima de Manaus e cortada pela rodovia AM-070 (Manoel Urbano), que apresenta expressiva concentração de moradores e de instalação de atividades econômicas.

No contexto deste município abordaremos, também, as múltiplas ocupações existentes na Amazônia que, no caso, da comunidade flutuante Lago Catalão nos mostra práticas perpetuadas pelo modo de vida ribeirinha, característico da região e que mantém uma relação simbiótica com as dinâmicas ambientais presentes no ecossistema da várzea, em exímia adaptação às variações sazonais no nível das águas e outras condicionantes locais, estando tão próxima a capital amazonense.

Ao tratar da sede municipal, tem-se como objetivo compreender a constituição da sua ocupação nesse território e as relações estabelecidas entre os agentes sociais, vislumbrando as ações a serem desenvolvidas como projeto piloto de REURB em Iranduba, a partir da definição da poligonal de atuação pelo Programa Rede Amazônia pretende-se discutir as percepções, avanços, conflitos e limites para construção de uma política fundiária para a cidade, inserida na Amazônia Legal.

## **1. PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO AMAZÔNICO E O PLANEJAMENTO ESTATAL**

Ao buscar refletir sobre a configuração do território amazônico brasileiro torna-se indispensável o aprofundamento em estudos como de SAINT-CLAIR (2015) e no próprio universo local (SOUZA, 2020; PINHEIRO, 2019; LOUZADA & SANTOS, 2016; ALMEIDA & PARAIZO, 2015) como possibilidade de pensar as políticas territoriais na Amazônia,

entendendo importantes elementos da particularidade regional como o meio ambiente e as práticas culturais, bem como, as dimensões dos conflitos de interesses dos agentes sociais envolvidos (LOPES, 2019; KOHLHEPP, 2002).

Para isso, nos limitaremos a tratar nos próximos tópicos sobre a relação desta com a intervenção estatal, principalmente, a partir da década de 60. Todavia, a trajetória de ocupação que precede a este período na Amazônia brasileira permanece com suas marcas nos assentamentos populacionais existentes na floresta, que são formados por comunidades tradicionais indígenas e quilombolas; vilas e cidades, dos mais variados portes que trazem conexões urbano, rural e periurbano, ocupam áreas protegidas de uso sustentável e estão ocupadas por extensas atividades de exploração dos recursos naturais.

Desde então, tem-se visto no percurso para estabelecimento da fronteira brasileira na região amazônica, os sinais de movimentos para a colonização e exploração com a chegada dos europeus. Somente a partir do século XVIII que vemos emergir as atividades da agricultura e a pecuária com um papel fundamental na região e, para atender as demandas de mão-de-obra houve exploração da população indígena e depois com a chegada de africanos como escravos.

Outro grande marco na história da ocupação da Amazônia foi a Revolução Industrial que encontrou na floresta brasileira uma importante matéria-prima: a borracha, cuja exploração teve diversas repercussões na sociedade local, modificou a infraestrutura da região e permitiu construir grandes obras urbanas, principalmente nas capitais Belém/PA e Manaus/AM. Mas foi no governo de Getúlio Vargas (1930-1945) que a colonização da floresta passou a ser vista como estratégia para os interesses nacionais com incentivos governamentais, incutindo a visão de integração da região na agenda progressista estatal.

Apoiado nestas perspectivas, trazemos o recorte de meados do século XX para refletir a urbanização na Amazônia, em especial o controle da terra, também a política de migração induzida e financiada pelo Estado e o incentivo a grandes empreendimentos governamentais que se propuseram a assegurar o desenvolvimento da região. Na pretensão de compreender como o poder público procede em relação ao planejamento urbano e regional na Amazônia brasileira, para posterior alinhamento com as ações desenvolvidas no município em estudo, localizado no Estado do Amazonas.

### **1.1. As ações do Estado brasileiro nas décadas de 60 e 70 do século XX na Amazônia**

As políticas de ocupação que buscavam um chamado desenvolvimento para a região amazônica, se deram através de interesses exógenos, em que visava-se não atender às demandas locais, mas sim, responder aos interesses do grande capital, iniciava-se assim, o que muitos

autores apontam como a fragmentação do território e se pensarmos espaço enquanto produto, condição e meio de reprodução das relações sociais, entendemos então como a construção desse território se deu e se dá de formas diferenciadas, e resulta em diversos espaços e suas especificidades.

Ainda que, o modelo de ocupação proposto tenha seguido um padrão geralmente arquitetado fora do espaço regional foi ao instituir o órgão para o planejamento regional na Amazônia, que inicialmente foi denominado de Superintendência do Plano de Valorização Econômica na Amazônia - SPEVEA e depois viria a ser Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, que o governo militar conseguiu estabelecer amplamente seus objetivos econômicos alicerçados no modelo voltado para o crescimento econômico.

Os chamados Grandes Projetos idealizados pelo governo assim como o modelo de urbanização proposto, mudou o padrão de ocupação da Amazônia de rio-várzea-floresta, para estrada-terra-firme-subsolo, abrindo em meio ao denso verde suas *veias de ligação*, as estradas, que buscavam escoar e conectar povoados aos núcleos urbanos e ainda atendiam a demanda externa de consolidar as estradas como principal meio de ligação no país. Dentre estas a Rodovia Manuel Urbano (AM-070) inaugurada em 1965, com objetivo de escoar grande produção da região como as culturas permanentes e periódicas, interligando os municípios Manacapuru e Iranduba a capital Manaus.

Como enfatiza Pinheiro (2019) houve um reposicionamento da região a partir da década de 60 à divisão nacional e internacional do trabalho nos moldes urbano industrial e, este processo foi marcado pela implantação da Zona Franca de Manaus e o Distrito Industrial que teve por propósito criar um pólo industrial, comercial e agropecuário na Amazônia, estabelecendo uma conexão da cidade com a dinâmica industrial global, voltadas para exportação ou atendimento de demandas nacionais, trazendo ao contorno amazônico características de *floresta urbanizada*.

Não obstante, na esteira do dito progresso econômico em um período de ditadura militar que centralizou esta visão de organizar as cidades e se sobrepôs à realidade local em que predominava a relação estreita com a natureza, gerando ruptura com os valores e o modo de vida de segmentos populares tradicionais. Essas políticas geraram uma série de transformações para a cidade de Manaus que culminou com a expansão de seus núcleos populacionais para periferia, gerando adensamentos precários com carência de bens, trabalho e serviços públicos adequados, contribuindo para emergência de demandas no que diz respeito à educação, moradia, transporte, serviços de saúde, acesso e abastecimento de água, entre outros.

## 1.2. As políticas do Estado pós década de 1980

Durante a *redemocratização* e no período após o marco constitucional nota-se o acirramento de conflitos, preocupações sociais e ambientais que vem na esteira das crescentes transformações socioterritoriais na capital do maior estado do país e na Amazônia como um todo. Como tipo de análise têm-se estudos em escrutínio crítico das relações de poder envolvidas na transformação da natureza pelas relações sociais, como propõem LOPES (2019, p. 115) à luz da *Ecologia Política* ao considerar que:

“[...] potencialmente se ocupa de todos os processos de transformação material da natureza e produção de discursos sobre ela e seus usos, procurando realçar as relações de poder subjacentes a esses processos (agentes, interesses, classes e grupos sociais, conflitos etc.), em marcos históricos-geográfico-culturais concretos e específicos. Não há conhecimento que não possua um ‘lugar de enunciação’ próprio e muitas vezes inconfundível – ou, mais exatamente, um ‘amálgama de lugares de enunciação’, referente a distintos lugares, escalas e circunstanciais de socialização e existência”.

No entendimento sobre as medidas implementadas de planejamento na Amazônia (KOHLHEPP, 2002) têm-se duas vertentes de desenvolvimento marcantes que predominam nos últimos anos e que, indicam agentes e interesses envolvidos: 1- *ação estatal* atuando na infraestrutura, concentrada no transporte rodoviário, como centralidade dos esforços de integração; projetos de colonização rural, redução de impostos para corporações e investidores privados; 2 – *ação privada* de investimentos em diversos setores econômicos mediante incentivos fiscais e redução de taxas tributárias, em especial na criação de gado, indústria e projetos de mineração.

Para além destes Kohlhepp (2002) também aponta que existem outros agentes sociais envolvidos nessas dinâmicas que repercutem em numerosos conflitos de interesses. Seja por falta de respeito aos limites das reservas indígenas, insegurança com respeito a direitos legais e a continuada escalada da competição pelo uso da terra que tem levado a uma situação na qual a coexistência dos grupos sociais e seus objetivos econômicos ressaltaram a falha de objetivos comuns de desenvolvimento para a região Amazônica, refletindo em um custo alto do crescimento econômico, em detrimento a destruição da floresta tropical e a degradação ecológica e social.

As incertezas e impasses quanto aos direitos fundiários na Amazônia tem gerado entraves para o avanço das políticas de desenvolvimento sustentável na região. Até 2010, 50% das terras na região estavam distribuídas em área protegidas, assentamentos da reforma agrária e terras militares. O restante se dividia em terras públicas sem destinação ou devolutas, terras públicas ocupadas informalmente e títulos de terras privadas. No entanto, a ausência de cadastro de terras com dados confiáveis não permitia afirmar com certeza qual a proporção ocupada por

essas categorias (IMAZON, 2011). Na Constituição de 1988, Art. 231, é reconhecido que os índios, povos originários, têm direito de viver em sua terra de origem e, também estabeleceu a necessidade de demarcar e proteger essas terras, no entanto vêm sofrendo com a invasão de grileiros, garimpeiros, madeireiros e desmatadores.

Compreendendo esse processo de efetivação das prerrogativas estabelecidas no marco da Constituição de 1988, constata-se que ainda estamos longe desse Estado democrático de direitos e das políticas sociais a ele correspondentes. Sabe-se, no entanto, que as condições políticas e econômicas da década de 1990 em diante, implicaram em um giro conservador para o neoliberalismo, dificultando em muito a implementação real dos princípios orientadores democráticos, de modo que, hoje vivemos tempos de retrocesso que impactam nas relações de poder latente aos processos em marcos históricos-geográfico-culturais concretos e específicos, como no município em estudo que será apresentado a seguir.

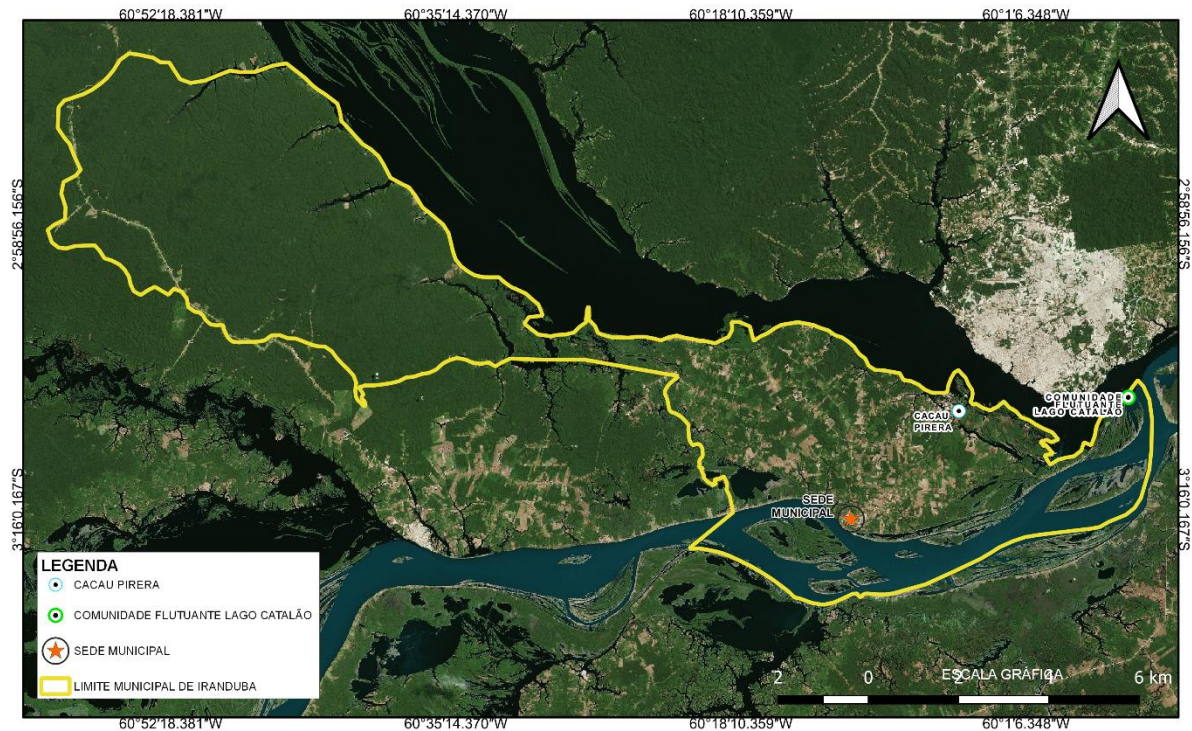
## **2. HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO NO MUNICÍPIO DE IRANDUBA/AM**

Concernente aos apontamentos apresentados sobre o processo de ocupação do espaço amazônico, nos deteremos em Iranduba/AM para tratar deste contexto regulatório do solo urbano no Estado do Amazonas. Este município que está inserido na Região Metropolitana de Manaus – RMM e, consta na zona de influência direta do grande centro urbano manauara que margeiam o Rio Negro e estão ligados pela Ponte Jornalista Phelippe Dauo, mais conhecida como Ponte Rio Negro, inaugurada em 2011.

Como outros municípios do Amazonas, este ocupa margem de rios e abrange perímetro de confluência do Rio Solimões e Rio Negro. No ano de 1981, o Iranduba foi elevado a condição de município pela Emenda Constitucional n.º 12, de 10-02-1981 (Art. 2º - disposições gerais transitórias), delimitado pelo Decreto Estadual n.º 6.158, sendo desmembrado dos municípios de Manacapuru e Manaus. Sua localização é na mesorregião do centro amazonense (Figura 1) com área territorial de 2.216,817 km².

De acordo com dados do IBGE (2021), a população do município está estimada em 49.718 habitantes, e decorreu da expansão de núcleos populacionais da cidade de Manaus criando fronteiras espaciais marcada pela exclusão entre outras problemáticas sociais na própria cidade de Manaus e nos municípios circunvizinhos. No desenvolvimento da pesquisa que embasou este artigo houve limitações quanto as informações de dados atualizados especificando as populações nas três áreas delimitadas de estudos: Distrito de Cacau Pirêra, Comunidade Flutuante Lago Catalão e Sede Municipal.

**Figura 1.** Localização do município de Iranduba-AM, banhada pelo Rio Negro e Rio Solimões.



Fonte: Adaptado - IBGE, 2021.

Visualizando a grande extensão territorial do município, destaca-se as condições materiais de sua base topográfica, do seu relevo, associado as dinâmicas socioespaciais e sua incidência na configuração dos lugares no terreno. Percebendo que Iranduba, também, é reconhecida como uma das regiões mais ricas da arqueologia brasileira e da América do Sul, e tem mapeados sítios arqueológicos que representam uma diversidade de grupos sociais distintos que ocuparam a área, demonstrando a constante presença e intervenção humana nesse espaço (CASTRO, 2009).

É interessante perceber que também na história recente do município uma das atividades econômico-produtivas mais importantes se relaciona ao polo oleiro/cerâmico, especializado em tijolos e telhas, com extração de argila deste solo para servir ao mercado imobiliário que se expandiu com a urbanização concentrada da capital, o que acaba demonstrando um fio condutor histórico que se repete em outras áreas de produção. Como nos incentivos do polo econômico de hortifrutigranjeiro estabelecido na região para atender a demanda de Manaus, no período de expansão decorrente da implantação da Zona Franca.

Nesta acepção, tornam-se essenciais análises das mudanças socioespaciais, pois cada lugar é reconhecido como central ou periférico, considerando as funções ou papéis exercidos nas possíveis redes de relações entre a conformação desses lugares, cabendo aqui destacar em Iranduba o estudo das três áreas (Distrito de Cacau Pirêra, Comunidade Flutuante Lago Catalão

e Sede Municipal) e indicar aspectos de suas ocupações que implicam nos condicionantes urbanísticos, ambientes e sociais da organização deste território.

### **2.1. Distrito de Cacau Pirêra**

No contexto municipal, o Distrito de Cacau Pirêra se apresenta com a maior aproximação da capital Manaus, limitados apenas pelas águas do Rio Negro e conectados hoje pela ponte que dá acesso por via terrestre, além de ter na margem do rio o acesso por via fluvial. Composto por onze bairros, identifica-se em estudos (ALMEIDA & PARAIZO, 2015) que seus habitantes são provenientes de municípios das adjacências, especialmente de Manaus que após a implantação do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus - PROSAMIM as famílias remanejadas de bairros mais próximos a Iranduba, buscaram realocação na região pela facilidade do acesso, baixo custo do terreno e baixo custo da construção.

Segundo este e outros estudos (PINHEIRO, 2011; PINHEIRO, 2015; LOUZADA & SANTOS, 2016) indica-se alguns dos aspectos urbanísticos, ambientais e sociais que implicam nas condições habitacionais e sanitárias no distrito. Como em contraponto a abundância de recursos hídricos, há indicativos de precária prestação do serviço de abastecimento de água que aplica mecanismos de poços de captação profunda (água subterrânea) e captação superficial (rios e igarapés), sendo realizado pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE.

Como via principal a rodovia AM-070 (Manoel Urbano) que a partir da Ponte Rio Negro (Jornalista Phelippe Dauo) segue entrecortando a área do distrito. No entanto, existe indicativo de que as vias de circulação carecem de pavimentação na maioria das ruas do distrito, dificultando deslocamento da população e acesso aos serviços. Dentre os bairros nestas condições destaca-se Nova Veneza e Multirão que apresentam grande precariedade na sua infraestrutura, com histórico de ocupação irregular de pessoas provenientes dos municípios mais próximos<sup>2</sup>.

Nos bairros como Cacau Pirêra (que tem mesmo nome do distrito) e Nova Veneza, têm-se visto ao longo dos anos que sazonalmente, no dito *inverno amazônico*, as casas ficam parcialmente cobertas pelas águas da cheia do Rio Negro, em que muitas famílias são obrigadas a deixarem suas residências e/ou se adaptar de maneira improvisada para conviver com a água, influenciando negativamente na qualidade de vida dos moradores.

---

<sup>2</sup> Notícia “Cheia histórica assola dia a dia de moradores do Cacau Pirêra, em Iranduba” publicada em 22/05/2021.

**Figura 2.** Enchente no Distrito Cacau Pirêra, Iranduba-AM.



Fonte: <https://www.acritica.com/channels/cotidiano/news/cheia-historica-assola-dia-a-dia-de-moradores-do-cacau-pirera-em-iranduba> (2021).

Também consta que o Distrito de Cacau Pirêra seria o responsável por aproximadamente metade da renda do município de Iranduba e, estes recursos provêm principalmente das atividades econômicas de olarias instaladas na região. Dentre os aspectos ambientais e sociais incidentes na produção de cerâmica está o processo de extração do solo argiloso que gera crateras nos terrenos, muitas vezes, localizados ao longo da rodovia Manoel Urbano AM-070 e, em período das cheias do rio tais escavações se transformam em grandes lagoas com acúmulo de água parada.

## **2.2. Comunidade Flutuante Lago Catalão**

Ainda na área de jurisdição do município de Iranduba, localiza-se a comunidade que ocupa o espelho d'água na região do Catalão, e está ligada à Ilha do Xiborena, várzea do rio Solimões próximo de sua confluência com o rio Negro que, como descreve Pinheiro (2019), compreende em “terras baixas, com uma série de lagos interconectados, que, conforme variação do nível da água, podem formar uma unidade contínua, isolar-se ou até mesmo secar quase completamente”.

**Figura 3.** Visão aérea da Comunidade Lago Catalão, Iranduba-AM.



Fonte: Marcos Amend, apud Souza (2020).

Na perspectiva de desvelar as conformações deste habitat como comunidade flutuante na Amazônia que, os estudos de Pinheiro (2019) e Souza (2020) vem nos trazer valiosas reflexões sobre os modos de vida dos seus moradores e a relação simbiótica com as dinâmicas ambientais presentes no ecossistema da várzea, num movimento de busca para melhor adaptação as variações sazonais no nível das águas (cheias e vazantes) e outras modificações da paisagem física por alterações no relevo de várzea.

Segundo levantado por Pinheiro (2019), a formação do assentamento remonta ao final da década de 60 e sua proximidade com Manaus permitiu seu posicionamento como periferia. Ressalta-se que seu processo histórico se relaciona ao auge da produção madeireira na região que na época tinha no Lago Catalão o local de depósito nas águas para armazenamento das árvores extraídas de outras regiões do Estado. Desde o princípio seus moradores utilizaram troncos das árvores como boias naturais para sustentar as edificações flutuantes, sendo que dentro da água a madeira dura por décadas.

Com acesso somente por embarcações, a comunidade flutuante Lago Catalão está a dez minutos de distância da capital amazonense por via fluvial linear e, portanto, está inserida no contexto do urbano extensivo da região metropolitana. Como destaca Pinheiro (2019), ela tem se consolidado no desenvolvimento da autogestão territorial:

A autogestão territorial da comunidade baseia-se no conjunto de acordos tácitos estabelecidos pelos moradores para gerir a densidade ocupacional, o posicionamento e distância entre os flutuantes, a organização em grupos familiares, dentre outros, o que define o gradiente público-privado, e na gestão dos espaços comuns e de rota. As decisões que perpassam a autogestão se adaptam anualmente por meio das experiências das configurações do assentamento, entre o período de cheia e de estiagem.

Evidencia-se no processo das pesquisas (PINHEIRO, 2019; SOUZA, 2020) as relações de afeto, solidariedade e pertencimento nesses modos de vida de comunidade ribeirinha, que ao fortalecer os laços sociais potencializam a continuidade desta organização socioespacial frente as condicionantes para construção do direito ao ambiente urbano em ambiente natural. As edificações flutuantes são lugar de moradia, mas abrigam outros usos e ocupações como atividades de comércio, atividade de turismo de pesca de pirarucu criados em tanques, além da escola, das igrejas, do centro social também utilizado como casa de farinha.

Dentre as situações vividas pelos comunitários está há ausência de saneamento básico para as edificações flutuantes e, ainda, de reservatório de água para o período de estiagem. Identifica-se uma carência de iniciativas do poder público para aplicação de tecnologias que atendam essas necessidades. Como a falta de regularidade na coleta de resíduos sólidos, que acontece uma vez por mês, ou ainda uma vez a cada dois meses pela Prefeitura. As dinâmicas estabelecidas nas vivências desta população nos apontam desafios do pensar o urbano e periurbano na Amazônia, e como o poder público vem (re)conhecendo as experiências locais para o devido planejamento regional.

### **2.3. Sede Municipal de Iranduba/AM**

Em consonância ao estudo nestas áreas do município de Iranduba que avançamos para tratar da sua sede administrativa que está uma distância de 22 km da cidade de Manaus com acesso restrito à estrada Manoel Urbano (AM – 070), apresentando sua porção territorial mais próxima ao Rio Solimões.

Sua ocupação foi marcada pelo processo de expansão urbana da capital do Amazonas, e a atual formação territorial da sede municipal apresenta no seu histórico de instalação processo de remoção para adequação nos padrões governamentais do que seriam as melhores condições habitacionais e sanitárias para população. Como assinala Pinheiro (2006, p.68):

“[...] a constituição da Vila do Iranduba tem início com um pequeno povoado situado à margem esquerda do rio Solimões, numa localidade denominada Costa do Iranduba. O pequeno povoado foi elevado à categoria de Vila no ano de 1964, na gestão de Paulo Pinto Nery como Prefeito de Manaus. Em meados da década de 70, quando a grande enchente colocou em perigo a vida dos moradores, a Vila foi transferida por iniciativa do Estado do Amazonas para uma área em terra firme, onde se encontra a sede do município. Esta é a época em que a Vila do Iranduba constituía-se num distrito da cidade de Manaus. A transferência dos habitantes da Vila do Iranduba ocorreu em

maio de 1976, sob a administração da Prefeitura de Manaus e do INCRA, em meio a uma das maiores enchentes vividas no Amazonas”.

A remoção pelo governo da então Vila de Iranduba atendia a propósitos bem definidos do poder local que negligenciava o modo de vida dos moradores da terra de várzea ao não resolver a questão social dos períodos dos alagamentos e viabilizar a realocação visando o desenvolvimento regional, pois a época estava em pauta instalação de projeto hortifrutigranjeiro cujos objetivos era atender as demandas de fornecimento de produtos alimentícios para crescente população da capital. Pelos estudos, foi destacado que houve muita pressão para que os moradores cedessem à proposta do governo, uma delas foi o fechamento das escolas existentes na várzea e a transferência autoritária dos professores para terra firme.

É interessante perceber como as ações governamentais na região foram voltadas para incentivos às dinâmicas econômicas com aberturas de estradas e projetos que favorecem o desmatamento em maior ou menor escala, afetando o modo de vida da população local a fim de inseri-los na produção da economia capitalista.

**Figura 4.** Visão aérea da Sede Municipal, Iranduba-AM.



Fonte: <https://portalamazonia.com/amazonia-az/iranduba> (2021).

Nesta lógica que, torna-se imprescindível entender os desdobramentos da formação territorial em Iranduba que, recentemente, teve firmada parceria da Prefeitura Municipal e Ministério de Desenvolvimento Regional – MDR e cooperação técnica da Comissão de

Regularização Fundiária – CRF/UFPA para implementação de projeto de regularização fundiária urbana no município de Iranduba/AM com a sede municipal delimitada como poligonal de atuação piloto.

### **3. POLÍTICA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA ADOTADA EM IRANDUBA/AM**

No Plano Diretor de Iranduba, Lei Municipal nº 129/2011, é estabelecida a divisão do território “para fins de urbanização, tributação, e planejamento físico-territorial” (art. 111) em Zona Rural, Zona Urbana e Zona de Expansão Urbana e define precisamente zonas e macrozonas, descrevendo perímetro e indicando coordenadas de várias áreas que cria ou menciona e, os Artigos 3º e 5º trata dos seus princípios e objetivos, repetindo algumas indicadas no Estatuto das Cidades, sobre o acesso à terra destaca-se o respeito à função socioambiental da propriedade, preservação do ambiente natural e construído, entre outros.

Além disso, trata sobre a regularização fundiária enquanto diretriz e outros, no Art. 4º em que estabelece:

O Plano Diretor Participativo do Município de Iranduba, enquanto instrumento essencial para a política urbano-rural, visa alcançar seus objetivos mediante as seguintes diretrizes gerais:

- I – gestão democrática com a participação da representatividade dos vários segmentos da sociedade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos do desenvolvimento municipal;
- II – firmação de cooperação com os governos federal e estadual, governos e organismos internacionais, iniciativas privadas e demais setores da sociedade e no processo de urbanização, em atendimento ao interesse público;
- III – zoneamento das áreas urbana e rural;
- IV – justa distribuição dos benefícios decorrentes do processo de urbanização;
- V – adequação dos instrumentos de política econômica, tributária e financeira e dos gastos públicos aos objetivos do desenvolvimento municipal, de modo a privilegiar os investimentos geradores de bemestar geral e a fruição dos bens pelos diferentes segmentos sociais;
- VI – regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda;
- VII – ordenação e controle do uso do solo.

O município de Iranduba, no contexto das ações estatais voltadas para a regulação das suas terras tem apresentado intervenções restritas às zonas rurais, através do Projeto de Integração de Colonização (PIC) Bela Vista, coordenado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Dentre estas experiências destacam-se projetos modelo para o Governo por conciliar produção agrícola inovadora, sustentabilidade e turismo ecológico com espaços de lavoura e educação agroecológica, além de nascentes e mata nativa preservada na reserva legal<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Notícia que trata sobre visita na Fazenda Rosa de comitiva de chefes de missões diplomáticas à Amazônia, organizada pelo vice-presidente por meio do Conselho Nacional da Amazônia Legal.

A realidade rural e urbana no município está passando por profundas modificações sociais, econômicas e ambientais que incidem na sua população de Iranduba. É oportuno registrar que os dados do último censo indicaram 40.735 habitantes e, nos mais recentes estima-se população de 49.718 (IBGE, 2022), e pontua-se que dentre as mudanças que foram intensificadas relaciona-se a construção da Ponte Rio Negro (Jornalista Phelippe Dauo).

Portanto, compreender o histórico do município e seu papel na RMM com a priorização recente da infraestrutura de transporte rodoviário com a ponte, permite perceber uma combinação que favorece os objetivos da lógica do capital para expansão urbana de Manaus em direção ao município de Iranduba, na expectativa de desenvolvimento econômico, de progresso e de acesso aos serviços do centro urbano (saúde, educação, entre outros) para população irandubense.

Com isso, tem-se visto que a urbanização se acentuou substancialmente na região e é válido se atentar aos contrapontos, como os impactos gerados no mercado de barqueiros, a escalada do mercado imobiliário com instalação de empreendimentos nas margens da rodovia, que ocupam áreas que potencializam a degradação do ambiente e a expulsão das populações tradicionais. Então, torna-se primordial entender as configurações do território, de maneira a contribuir para implementação da política de regularização fundiária urbana na região sob a ótica da prevenção de conflitos, sejam eles socioambientais, habitacionais e sanitários.

### **3.1. Regularização fundiária em Iranduba: percepções, conflitos, avanços e limites**

A partir das áreas retratadas nos apontamentos deste estudo, tem-se percepções preliminares quanto a formação do território de Iranduba, que muito similar a outros da Amazônia Legal, teve a imposição de um planejamento urbano desenvolvimentista que sobrepujou valiosos ensinamentos e práticas das populações tradições, para favorecer a reprodução de arranjos espaciais voltados para economia imediatista e restrita a grupos específicos no poder (LOPES, 2019).

Mediante as percepções elencadas sobre o contexto irandubense, percebe-se que a região carece de um planejamento urbano que considere as especificidades regionais quanto as dinâmicas sociais, ambientais, econômicas e culturais estabelecidas nos núcleos consolidados, com destaque para seu ambiente natural que historicamente vem sendo negligenciado e explorado levemente pelas intervenções governamentais que priorizam interesses de agentes que favoreçam a lógica do capital.

Em face disso, e na premissa da prevenção aos conflitos socioambientais, habitacionais e sanitários locais, temos na perspectiva de Lopes (2019) o entendimento de que o melhor que

se pode fazer não é tentar ignorar as dinâmicas existentes no território quanto aos interesses particulares, mas sim refletir sistematicamente sobre os conflitos de interesses, considerando a sociedade concreta, buscando entender as suas relações, fissuras, lutas e contradições como um contexto, na hora de examinar se e com que intensidade determinados objetivos são complementares ou conflitantes.

Atentos a este cenário que o Estado do Amazonas tem avançado no desenvolvimento de um trabalho integrado de fomento ao ensino, pesquisa e extensão através da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e Universidade Federal do Amazonas (UFAM) com o *Programa Morar, Conviver e Preservar a Amazônia: Rede Amazônia*, que é uma parceria entre a Comissão de Regularização Fundiária da Universidade Federal do Pará (CRF-UFPA) e o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), envolvendo os nove estados da Amazônia Legal, que atua em prol da capacitação, inovação e assistência técnica em regularização fundiária urbana, prevenção de conflitos de natureza socioambientais e locais. Tendo um Grupo de Trabalho Estadual (GTE) consolidado e com ações em andamento.

Nesse contexto, o município de Iranduba vem sendo inserido nos debates do Programa Rede Amazônia nos últimos anos, de modo que entenda o perfil da regularização fundiária no Estado do Amazonas e mostre as características da ocupação do solo e o uso regional, para que se chegue a novas práticas de regularização local que contribuam na aplicação de metodologia de trabalho baseada na cultura de análise descritiva e analítica acerca da política pública constitucional na região.

Em avanço as articulações efetivadas, a Prefeitura assinou o Termo de Adesão<sup>4</sup> ao Programa, recentemente, passando a integrar a rede institucional de fomento e execução da política de regularização fundiária, por meio de cooperação técnica nos parâmetros da legislação federal nº 13.465/2017 e metodologia específica do Programa Rede Amazônia que prima por consolidar suas ações pelo viés de consolidação de um laboratório de inovação tecnológica em regularização fundiária e prevenção de conflitos socioambientais.

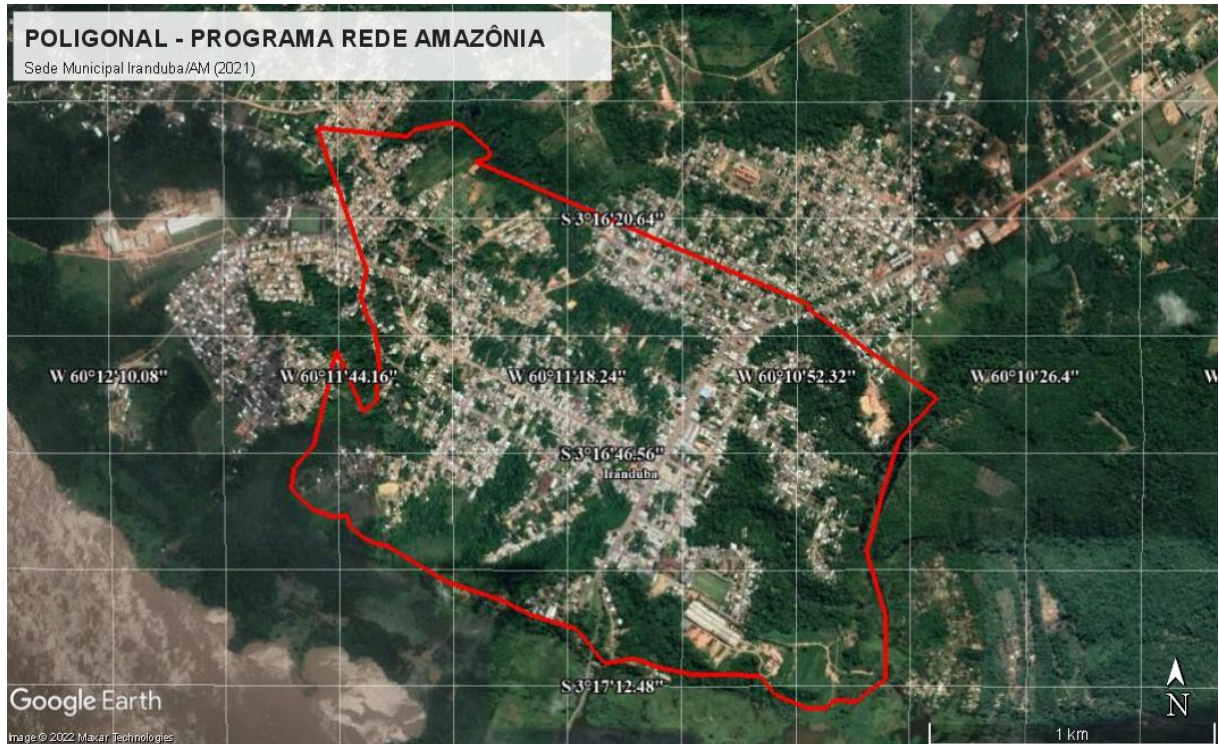
Desde então, já se tem trabalhado com os representantes dos cartórios do município para que se tenha o compartilhamento de conhecimentos visando as oportunidades para os trabalhos do Programa na região e; assim, em um primeiro momento chegou-se a anuência junto ao Ministério de Desenvolvimento Regional (MDR) sobre a poligonal piloto (Figura 2) de atuação, localizada na sede municipal, matrícula 15.911, destacada da Gleba Parte PIC Bela Vista, com

---

<sup>4</sup> Notícia “Prefeitura Municipal de Iranduba, no Estado do Amazonas, assina a adesão ao Programa Rede Amazônia”, publicada em 03/12/2021.

área de 266,4586ha (duzentos e sessenta e seis hectares, quarenta e cinco ares e oitenta e seis centiares), e perímetro de 10.338,69m que pertence a Prefeitura Municipal a título de doação pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), datado de 18/07/2017.

**Figura 5.** Poligonal piloto no município de Iranduba-AM, localizado na sede municipal.



Fonte: Adaptado – Programa Rede Amazônia, 2022.

Na busca por construir um novo olhar sobre o ordenamento urbano e a produção dos espaços públicos e privados, articulando com outros agentes locais que também se destaca o diálogo que a equipe do Programa Rede Amazônia vem construindo no município de Iranduba com as lideranças comunitárias para adesão da Associação de Mulheres Jasmim que já vem atuando no Distrito do Cacau Pirêra.

Cabe esclarecer que esta instituição é sem fins lucrativos e foi criada por um grupo de mulheres com objetivo de combater a violência de gênero de forma preventiva e educativa que desenvolve trabalhos em defesa dos direitos sociais, da cultura e da arte nas comunidades do Distrito do Cacau Pirêra e já possui trabalho articulado junto ao Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambientais e de Desenvolvimento de Tecnologias Sociais na Amazônia (Grupo Inter-Ação) pelo Projeto “Ações Integradas de Pesquisa-Ação e Extensão Tecnológica para Inclusão Social no Meio Urbano e em Comunidades Ribeirinhas no Estado do Amazonas” .

Dentre as limitações das ações de REURB, convém assinalar sobre o período de pandemia da COVID-19 que o mundo vem enfrentando e que teve no Estado do Amazonas

acentuado quadro crítico à nível nacional, que incidiu no ajuste do cronograma das atividades acadêmicas e administrativas para a consolidação da área piloto no Estado do Amazonas, o que veio a ocorrer no final de 2021.

Todavia, foi munido do ímpeto por garantir a adesão de uma experiência modelo no Estado do Amazonas, que o Programa Rede Amazônia segue para viabilizar em Iranduba/AM as demais etapas da implementação da REURB, dentre elas a deliberação junto a Prefeitura do Grupo de Trabalho Municipal (GTM), que será integrado a rede para apoio técnico na condução das ações inerentes ao projeto, que no mês de março de 2022 realizou trabalho de campo para marcação dos pontos de cartografia que subsidiará a elaboração das peças técnicas a serem projetadas a partir das imagens coletadas da gleba, ruas, quadras e lotes com uso do drone e, além disso, teve diálogo com a comunidade em oficina temática de elaboração de Projeto de Regularização Fundiária para discutir garantia de acesso à cidade e a cidadania para população do território.

Além das ações na área piloto do município de Iranduba, tem-se buscado ampliar para outros municípios no Estado do Amazonas a adesão ao Programa Rede Amazônia, dentre estes está o município de Apuí/AM, sudeste do estado. Mantendo o empenho em avançar na região com projetos de fomento às experiências e expertises em políticas públicas, alternativas e gratuitas, de Assistência Técnica e Tecnologias aplicadas à regularização fundiária urbana, articulada com medidas de prevenção de conflitos de natureza socioambiental, habitacional e sanitária.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente estudo buscou traçar alguns apontamentos sobre o processo histórico de formação territorial do município de Iranduba/AM com intuito de focalizar na relação entre as políticas oficiais adotadas e a lógica de apropriação desenvolvida em núcleos comunitários consolidados, visando fundamentar as premissas para a implementação do projeto piloto de regularização fundiária urbana.

Em observância as estas relações e transformações socioespaciais construídas ao longo do tempo no município de Iranduba percebe-se a relevância de ações em que as políticas de governo sejam corretamente executadas e gerem resultados satisfatórios para a sociedade, e não basta somente a aplicação de normas jurídicas em níveis federal, estadual e/ou municipais, têm-se que buscar fomentar o melhor preparo junto aos órgãos e entidades municipais envolvidos na implementação da política de regularização fundiária urbana para que consigam cumprir os planos recomendados pelo Estado.

É nesse sentido que, o município ao aderir ao Programa Morar, Conviver e Preservar a Amazônia: Rede Amazônia aponta para um novo arranjo institucional de execução da política pública de desenvolvimento urbano e regional em Iranduba que, até então, não apresentava experiência de regularização fundiária urbana, ficando restrito a experiência no âmbito rural, apesar de estar inserido na principal malha urbana do estado.

Distinguindo esta iniciativa e, em que pese o reconhecimento histórico da exploração ambiental não – sustentável na Amazônia, nos colocamos enquanto Programa Rede Amazônia na trilha por novas práticas de regularização local como desafio frente a necessidade de esforços em produzir conhecimento, aplicar tecnologias e práticas sustentáveis que favoreçam a efetividade das políticas públicas na Amazonia Legal, de maneira que estejam integradas à população local e ao ambiente natural de forma sustentável.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Antônia Lucia Silva de; PARAIZO, Greyce Hellen da Costa. Perfil socioeconômico das Mulheres Jasmim no Amazonas: subsídios para políticas públicas. Publicação do II Seminário Internacional Questões socioambientais e sustentabilidade na Amazônia, 2015.

BRITO, Brenda; BARRETO, Paulo. A regularização fundiária avançou na Amazônia? os dois anos do Programa Terra Legal. Belém, PA: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia-IMAZON, 2011.

CASTRO, Márcio Walter de Moura. A cronologia dos sítios lago de Iranduba e Laguinho à luz das hipóteses da ocupação humana para a Amazônia Central (Dissertação de mestrado). São Paulo: USP, 2009.

CHEIA HISTÓRICA ASSOLA DIA A DIA DE MORADORES DO CACAU PIRÊRA, EM IRANDUBA. A crítica. Publicado em 22/05/2021. Disponível em <<https://www.acritica.com/channels/cotidiano/news/cheia-historica-assola-dia-a-dia-de-moradores-do-cacau-pirera-em-iranduba>>. Acesso em: 17 de janeiro 2022.

DADOS ARQUEOLÓGICOS INDICAM QUE A REGIÃO DO MUNICÍPIO DE IRANDUBA ESTEVE OCUPADA DESDE 7510 A.C ATÉ 2550 A.C. Portal Amazônia. Disponível em: <<https://portalamazonia.com/amazonia-az/iranduba>>. Acesso em: 27 de março de 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades - Estados: Iranduba. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/am/iranduba.html>>. Acesso em: 16 de janeiro 2022.

KOHLHEPP, Gerd. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. Estudos Avançados, 2002, v. 16, n. 45, pp. 37-61. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40142002000200004>>. Acesso em 21 de fevereiro de 2022.

LEFEBVRE, Henri. La production de l'espace. Editora Anthropos: Paris, 1974.

LOUZADA, Reconfiguração espacial do Município de Iranduba, com a inauguração da ponte Rio Negro, Amazonas, Brasil. Revista Cesumar Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, v.21, n.1, p. 29-44, jan./jun. 2016.

MASCARÓ, Juan Luis. Loteamentos urbanos. Porto Alegre, RS: Ed. L. Mascaró, 2003.

MINISTRA E COMITIVA CONHECEM PROJETO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO AMAZONAS. Notícias Agrícolas. Publicado em 06/11/2020. Disponível em: <<https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/agronegocio/273009-ministra-e-comitiva-conhecem-projeto-de-regularizacao-fundiaria-no-amazonas.html#.Yimzb3rMLDc>>. Acesso em 17 de fevereiro de 2022.

PINHEIRO, Hamida Assunção. Fronteiras da vida: o tradicional e o moderno no Cacau Pirêra/Iranduba. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia). Universidade Federal do Amazonas – UFAM, 2006.

PINHEIRO, Hamida Assunção. Políticas públicas, urbanização e desenvolvimento na Amazônia: a construção da Ponte sobre o Rio Negro e as consequências para o Distrito Cacau Pirêra/Iranduba (AM). Publicação V Jornada Internacional de Políticas Públicas – Estado, Desenvolvimento e Crise do Capital (Artigo), 2011.

PINHEIRO, Hamida Assunção. Oleiros da vida: Trabalho, ambiente e o futuro dos trabalhadores do barro em Iranduba (AM). Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – PPGCASA). Universidade Federal do Amazonas – UFAM, 2015.

PINHEIRO, Luana Campos. A comunidade flutuante Lago Catalão – Iranduba AM: um tecido urbano sobre as águas. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – PPGAU). Universidade Federal do Pará – UFPA, 2019.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Amazônia, Amazônias. São Paulo: Contexto, 2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRANDUBA/AM. Plano Diretor, Lei nº 129/2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRANDUBA, NO ESTADO DO AMAZONAS, ASSINA A ADESÃO AO PROGRAMA REDE AMAZÔNIA. Rede Amazônia. Publicado em 03/12/2021. Disponível em <<https://www.projetoredeamazonia.com/post/prefeitura-municipal-de-iranduba-no-estado-do-amazonas-assina-a-ades%C3%A3o-ao-programa-rede-amaz%C3%B4nia>>. Acesso em 01 de fevereiro de 2022.

SANTOS, Carolina C. B. Direito à moradia na cidade de Manaus. SER Social nº 8, p. 209-234, 2009. Disponível em: [https://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/12882](https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12882). Acesso em 21 de março de 2022.

SOUZA, Deise Nilciane Ferreira de. O dever das águas os modos de vida dos moradores da comunidade lago do catalão em Iranduba – AM. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas). Universidade do Estado do Amazonas – UEA, 2020.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Ambientes e territórios: uma introdução à ecologia política*. Rio de Janeiro/RJ - 1ª edição: Bertrand Brasil, 2019.

SOARES, Ana Paulina Aguiar; NETO, Antônio Gomes Tomaz; QUEIROZ, Matheus Silveira de. Comunidades rurais ribeirinhas e as águas do rio Solimões no município de Iranduba – Amazonas. *Revista Brasileira de Meio Ambiente*, v. 4, n. 1. 108-119 (2018).

TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro. Cidades médias na Amazônia oriental das novas centralidades à fragmentação do território. *Revista brasileira de estudos urbanos e regionais*, v. 13, n. 2 (2011: novembro). Acessado em 20 de fevereiro de 2022. Disponível em: <<https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/399>>.